

Circuitos Turísticos de Minas Gerais: espaços de diálogo, educação e cidadania.

Frederico Ferreira de Oliveira, Centro Universitário UNA

RESUMO

As políticas públicas no estado de Minas Gerais convergem cada vez mais para que a participação social seja elemento de contribuição para a descentralização do processo decisório no planejamento turístico em nível estadual, possibilitando às comunidades e o poder político local discutirem em conjunto o desenvolvimento da atividade turística em nível local. Este processo participativo traz à tona a discussão do desenvolvimento local como escopo condutor para a mudança de percepção das comunidades, do poder político local e, conduz ao enfrentamento da estagnação econômica, social e cultural que isoladamente é dificilmente vencida. Este estudo busca compreender a partir de uma nova perspectiva como o desenvolvimento local aliado às políticas públicas do setor de turismo em Minas Gerais pode contribuir para o estabelecimento de novos espaços que promovam o diálogo, a educação e cidadania para aqueles que ali participem, através do estabelecimento dos Circuitos Turísticos. Este estudo apóia-se na compreensão da descentralização do Estado, da significação da participação para a gestão social e a construção de espaços político-gerenciais. Para que a gestão social dos circuitos turísticos mineiros seja consolidada a partir das novas políticas públicas de turismo é necessário o fortalecimento e o maior envolvimento da base comunitária como elementos de um novo processo para a condução da atividade turística, seja de base local ou estadual.

Palavras-chave: desenvolvimento local, circuitos turísticos mineiros, educação, cidadania.

1. INTRODUÇÃO

Temas como desenvolvimento local, turismo e políticas públicas são assuntos já tratados por alguns pesquisadores, mas sem que haja uma relação direta com a prática local real, que identifique como a junção desses pode ser benéfica tanto para a comunidade local que se mostra aberta e disposta a participar e partilhar suas experiências e necessidades com o poder político, seja local ou regional, haja vista que esta possui um tradicionalismo na centralidade do poder e das decisões.

O presente estudo busca compreender a partir de uma nova perspectiva como o desenvolvimento local aliado às políticas públicas do setor de turismo em Minas Gerais pode contribuir para o estabelecimento de espaços que promovam não somente o crescimento econômico em nível local, mas que sejam espaços de diálogos e de participação social que se apresentem como vetores para a cidadania e educação daqueles que participam e contribuem na construção de um novo modelo de sociedade brasileira.

Para tanto será analisado a prática dos Circuitos Turísticos no estado de Minas Gerais como frutos da implementação de políticas públicas descentralizadas e participativas que unem o desenvolvimento local, participação social e atividade turística frente a este novo contexto econômico, político e social do Brasil.

A condução deste estudo será feito mediante os pensamentos, escritos e pesquisas empreendidas no campo do desenvolvimento local por Souza (1999), Sen (2000), Fischer (2002), Santos e Avritzer (2002), Gohn (2007), Dowbor (2008), Irving (2009), Cruz (2010) e Mielke (2010); já para o campo do saber turístico serão analisados Beni (1998), Rodrigues (1999), Souza (1999), Cruz (2001), Ministério do Turismo (2007), Mielke (2010) e, Rocha e

Santos (2010) e, por fim se utilizará do escopo de Minas Gerais (1999), Costa (2002), Paiva (2002), Minas Gerais (2003), Dagnino (2004), Dowbor (2006), Boneti (2007), Kauchakje (2007), Carvalho (2008), Minas Gerais (2008) e Circuito Turístico Trilha dos Inconfidentes (2010) para a junção dos assuntos estudados e apresentação de confluências em prol dos Circuitos Turísticos de Minas Gerais como vetores de desenvolvimento local.

2. RECORTES CONCEITUAIS PARA A CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL.

Como promover o crescimento econômico, social e cultural de maneira justa e igualitária a todos os membros de uma comunidade? Seria possível estabelecer parâmetros e estratégias que possam integrar interesses divergentes para a questão do desenvolvimento local? Questões como estas conduzem a discussão para a compreensão de que novas teorias e práticas sejam implementadas para a criação do desenvolvimento como liberdade, assunto este bem tratado por Sen (2000) em seus estudos.

Mas, como pode o desenvolvimento ser capaz de gerar liberdade, crescimento econômico e promoção social? Esta questão é a catalisadora para que o conceito de desenvolvimento local seja pesquisado e revisitado por pesquisadores de todas as áreas e, neste estudo fazendo uma conexão com o desenvolvimento e planejamento do turismo de base local.

Souza (1999, p.18) inicia esta discussão ao apresentar que o desenvolvimento não pode ser compreendido só e somente como sinônimo de desenvolvimento econômico, mas sim como o “(...) significado de superação de problemas sociais, em cujo âmbito uma sociedade se torna, para seus membros, mais justa e legítima”.

Fischer (2002) dá destaque ao conceito de desenvolvimento como a compreensão de um processo que deve ser compartilhado e dos resultados atingidos, processo este capaz de promover atos concretos de mudanças quando há o envolvimento coletivo da comunidade neste processo.

Essa questão do envolvimento da comunidade, da construção em conjunto é vista por Dowbor (2008) como elemento chave para o desenvolvimento de fato para a realidade local, pois quando as decisões que possam promover seu crescimento são tomadas longe dos cidadãos, acabam por corresponder muito pouco das reais necessidades que poderiam promover o crescimento e, por que não dizer o desenvolvimento local.

O desenvolvimento local é composto segundo Cruz (2010) por um amalgama de pensamentos a respeito da centralidade do local nos processos voltados para o desenvolvimento local, isto é, a superação das desigualdades sociais e territoriais a partir do conjunto de experiências bem-sucedidas voltadas para o incentivo econômico das localidades, sejam municípios ou regiões, mas que reestruturadas a partir da ótica produtiva e inseridas num contexto global.

O mesmo pensamento é compartilhado por Sen (2000) ao observar que o desenvolvimento deve ser visto e compreendido como um processo integrado que busque a expansão das liberdades mediante o diálogo e o debate em abertos, isto é, que simultâneos atores locais, mercado, governos, autoridades locais, partidos políticos e outras instituições cívicas, possam de maneira conjunta contribuir para o crescimento e o desenvolvimento local, fazendo com que o reconhecimento dos valores sociais e dos costumes possam influenciar na confiança das relações econômicas, sociais ou políticas estabelecidas em conjunto.

Contudo este diálogo e/ou debate entre os interessados no desenvolvimento local proposto por Sen (2000) necessita ser compreendido além de uma visão romântica e pura da realidade: todo este processo exige reuniões, disposição dos atores e dos envolvidos na discussão dos problemas e na apresentação de soluções, que segundo Mielke (2010) exigirá comprometimento e, poderá com o tempo ser minado com as obrigações e afazeres cotidianos, caso não haja uma agenda efetiva de ações.

Assim, especificamente fazendo o recorte na área temática para a atividade turística, é preciso que as discussões, os problemas analisados possam ser visualizados a partir da realidade local e propostas de ação sejam apresentadas de acordo com a capacidade operacional de cada um dos membros a compor as reuniões, criando uma organização coletiva do trabalho. (MIELKE, 2010)

Esta organização coletiva do trabalho, ou também denominada de gestão compartilhada por Gohn (2007) não busca suplantando as ações e responsabilidades dos gestores públicos, pelo contrário, colocam-se como novos pares, dispostos a colaborar e partilharem de seu tempo e experiência para a construção do novo, da inovação para a sociedade local.

O caráter inovador apresentado por Gohn (2007) é discutido por Santos e Avritzer (2002), no tocante aos processos de participação ampliada a partir de uma gestão democrática e participativa permitindo inúmeras possibilidades inovadoras. De maneira geral a inovação acontece como fruto da inclusão de diversos atores sociais que, antes não possuíam espaços para a colocação de suas idéias, de suas concepções e, que também não podiam contribuir para o processo de tomada de decisão.

Mas para que haja uma organização coletiva do trabalho através de uma gestão compartilhada em prol do desenvolvimento local, deve-se dar destaque ao protagonismo social, que para Irving (2009) é resultado do sentimento de pertencimento dos atores sociais envolvidos no desenvolvimento local e do poder de influência sobre os processos decisórios que estes possuem, promovendo de fato a superação de problemas, proporcionando soluções inovadoras e criativas para a realidade local.

Desta maneira, para Santos e Avritzer (2002) a inclusão de temas ignorados pelo poder político, redefinição de identidades e de vínculos com os processos de decisão conduzem ao aumento da participação, principalmente no nível local

Se o desenvolvimento local se faz através da participação, do comprometimento de atores sociais imbuídos do objetivo da construção coletiva, o planejamento turístico e por sua vez, as políticas públicas de turismo são permeados pelos mesmos comportamentos, assunto este que será tratado a seguir.

3. PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO A PARTIR DO COMPROMETIMENTO SOCIAL

O processo de planejamento turístico é considerado uma atividade inclusiva, na qual a participação de diversos atores sociais, tais como poder público local, iniciativa privada e comunidade local construam um modelo próprio de desenvolvimento local, propiciando o desenvolvimento seja econômico, seja social, como discutido anteriormente pelos autores Sen (2000), Souza (1999), Fischer (2002), Dowbor (2008) dentre outros.

Assim, a atividade turística e, por conseguinte seu planejamento deve ser visto como uma nova possibilidade de geração de trabalho e renda, mas que promova a interação e a cooperação entre os atores locais, produzindo um valor agregado intangível (MIELKE, 2010).

Rodrigues (1999) faz menção direta à prerrogativa da participação das lideranças locais para que haja o processo de planejamento, implementação, gestão e monitoramento da atividade turística.

Contudo, o processo de participação social ainda é um processo em progresso no Brasil, e determinadas dificuldades estão presentes neste trajeto e, são ponderadas por Rocha e Santos (2010) ao perceber que o contato da população em espaços decisórios antes reservados somente às autoridades representa um entrave na divisão do poder, necessitando de novos padrões de relacionamento entre o poder governamental e a população participante, fazendo com que todos compreendam seus papéis, seus significados e, que o poder antes reservado a poucos agora é compartilhado, construído junto.

Souza (1999) corrobora com os questionamentos apresentados Rocha e Santos (2010) e Mielke (2010) no que diz respeito à heterogeneidade da sociedade e assimetria de poder nos

distintos espaços, sejam públicos ou privados, estatais ou não estatais, prevalecendo um questionamento: como poderá a população participar livremente na gestão do turismo local?

A resposta deste questionamento reside nos pensamentos de Mielke (2010, p.21): “[...] Alinhar pensamentos para que todos tenham o mesmo foco é um processo árduo, exigindo muita experiência e profissionalismo por parte dos envolvidos”.

O planejamento do turismo deve ter como princípio a participação e cooperação da comunidade local e do empresariado para que em conjunto com os entes estatais possam construir e conduzir a política pública de turismo.

De acordo com Beni (1998) a Política de Turismo deve ser entendida como um conjunto de fatores que irão condicionar e dar diretrizes básicas para o alcance dos objetivos gerais voltados para o incremento e desenvolvimento da atividade turística em um determinado país. Ainda sim, pode ser compreendido como as prioridades da ação do Estado em facilitar o planejamento e as atividades relacionadas direta e indiretamente com o turismo.

A política pública de turismo de acordo com Cruz (2001) pode ser entendida como um conjunto de intenções, diretrizes e estratégias e/ou ações deliberadas, no âmbito do poder público, em virtude do objetivo geral de alcançar e/ou dar continuidade ao pleno desenvolvimento da atividade turística num dado território.

Para que a política pública de turismo possa então gerar benefícios às comunidades que baseiam suas atividades no turismo, é preciso levar em consideração as diferenças existentes em toda a área geográfica brasileira: áreas turísticas com diferentes fatores de atratividade, isto é, cultura, atrações históricas, atrativos naturais e, a partir de tal quadro o Ministério do turismo formulou para o período de 2003-2007 a Política Nacional de Turismo com as diretrizes e metas para que o turismo possa atuar como indutor do desenvolvimento sócio-econômico do país. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2007)

Com vistas à articulação da Política Nacional de Turismo, foi lançado em junho de 2007 o Programa de Regionalização do Turismo, que em seu cerne apresenta os seguintes ideais:

[...] induz à cooperação e complementaridade das atividades econômicas relacionadas ao turismo, na respectiva região e, busca superar as estratégias de competição entre localidades, de modo a convalidar a construção de laços de solidariedade e de associativismo. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2007, p.24)

O Programa de Regionalização do Turismo de acordo com o Ministério do Turismo (2007) incentiva e apóia a formação de redes locais de colaboração para que a competição entre as localidades turísticas possam ser minimizadas; fortalecimento de laços ampliando a produtividade e distribuindo o fluxo turístico; busca promover a redução de custos da cadeia produtiva envolvida e a facilitação no acesso às inovações tecnológicas a novos mercados e, por fim a troca de experiências e de informações entre os membros integrantes da rede.

Sendo assim, o Programa de Regionalização do Turismo necessita da interface dos estados e municípios brasileiros garantindo a permeabilidade em outros espaços e realidades, assunto este que será tratado a partir da realidade do Estado de Minas Gerais mediante os Circuitos Turísticos.

4. CIRCUITOS TURÍSTICOS EM MINAS GERAIS: ESPAÇOS DE DIÁLOGO, EDUCAÇÃO E CIDADANIA.

O Estado de Minas Gerais vem desenvolvendo ações que possibilitem que as políticas públicas voltadas para o incremento e desenvolvimento do setor turístico possam de fato contemplar a participação social nos processos decisórios, uma destas ações foi a criação da

Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais – SETUR, através da Lei Estadual n.º 13.341, de 28 de outubro de 1999 (MINAS GERAIS, 1999).

Ainda nesta mesma Lei Estadual e de acordo com Bolson e Álvares (2005) o Governo de Minas Gerais estabelece que a Política Estadual de Turismo deverá ser implementada através de sistema descentralizado de participação, a saber, coloca que a participação de órgãos públicos, entidades afins com o Governo Estadual de Minas Gerais, dos representantes dos poderes públicos municipais e da iniciativa privada deverão em conjunto planejar e organizar o desenvolvimento da atividade turística no estado.

A descentralização em Minas Gerais recebe outro incentivo por parte do Governo Estadual com a criação dos Circuitos Turísticos Mineiros, visto que, por possuir uma enorme área geográfica, o ordenamento, programas e o planejamento de ações não poderiam unicamente partir da SETUR, mas sim das instâncias locais de poder a partir de suas realidades.

Para uma compreensão melhor dos Circuitos Turísticos, o site do Circuito Turístico Trilha dos Inconfidentes apresenta a seguinte definição:

Circuito Turístico é o fruto da implementação de um planejamento integral, que envolve um conjunto de municípios de uma mesma região, com afinidades culturais, sociais e econômicas que se unem para organizar e desenvolver a atividade turística regional de forma sustentável, através da integração contínua dos municípios consolidando uma atividade regional. (CIRCUITO TURÍSTICO TRILHA DOS INCONFIDENTES, 2010, s/p.)

Contudo a simples organização ou instituição de um Circuito Turístico em uma dada região geográfica de Minas Gerais poderia vir a não representar de fato a execução da política pública mineira em prol do desenvolvimento da atividade turística, para tanto, o Governo de Minas Gerais estabelece o processo de reconhecimento dos Circuitos Turísticos no ano de 2003.

O reconhecimento dos Circuitos Turísticos é dado pelo Decreto n.º 43.321, de 08 de maio de 2003 (MINAS GERAIS, 2003), em cujo texto fica determinado o caráter obrigatório da participação em circuitos turísticos de municípios mineiros que por ventura tenham interesse em angariar recursos financeiros voltados para o planejamento e promoção do turismo.

Tal medida se fez necessária para dar sustentabilidade aos circuitos turísticos que se viam esvaziados de participação de representantes do poder público municipal e, tornavam-se simplesmente instituições inativas, isto é, não existiam ações concretas para a proposta de regionalização e desenvolvimento da atividade turística e, permitir o monitoramento por parte da SETUR da gestão dos circuitos.

O processo de reconhecimento dos circuitos turísticos ganha no ano de 2008, através da Resolução da SETUR n.º 008 (MINAS GERAIS, 2008), outras normas e critérios, profissionalizando o setor turístico e, por conseguinte, a forma como o turismo em Minas Gerais é planejado.

Bolson e Álvares (2005) destacam que com a regionalização do turismo a partir dos circuitos turísticos e, em momento posterior através dos processos de certificação dos circuitos turísticos, a SETUR criou condições para uma nova atuação nos municípios mineiros, fomentando assim o planejamento do turismo a partir das realidades locais e com os atores locais.

Outro aspecto relevante no que tange ao processo de certificação é a participação da comunidade durante os processos de desenvolvimento turístico, que para o Circuito Turístico

Trilha dos Inconfidentes (2010) representa a divisão das responsabilidades entre os atores locais envolvidos no processo de planejamento, reforçando os pensamentos de Mielke (2010).

Emerge assim, uma compreensão do novo papel do Estado, não mais como centralizador do poder e das decisões, mas como um elo de uma corrente que é constituída pelo setor privado, pelos membros das comunidades, das organizações civis e de outros integrantes que buscam assumir suas responsabilidades e compartilhar o poder. Assim segundo o Circuito Turístico Trilha dos Inconfidentes (2010) o envolvimento e o desenvolver de uma postura proativa dos integrantes na resolução dos problemas a partir de uma ótica da corresponsabilidade.

Os Circuitos Turísticos em Minas Gerais representam de acordo com Gohn (2007) novos espaços públicos para a operacionalização das políticas públicas de maneira participativa, integrando-se à discussão do desenvolvimento local empreendida anteriormente.

Costa (2002) diz que para a consolidação e a construção de uma nova sociedade, devem haver espaços públicos porosos, isto é, que permitem que a sociedade civil e o Estado possam dialogar a respeito dos problemas que permeiam o cotidiano das pessoas, espaço este que deve ser tido enquanto uma arena para a propagação de conhecimentos e saberes que alimentam tanto a sociedade civil quanto o Estado, criando uma sinergia benéfica para ambos.

Mas para que os Circuitos Turísticos possam ser vistos como espaços públicos de diálogo, é preciso observar que a cultura democrática, isto é, que a busca pelos direitos passa pela formação de um novo sujeito social na visão de Dagnino (2004), aquele que compreende a sua participação como um processo voltado para a mudança, para a luta da ampliação dos espaços da política e, servindo assim como um instrumento para a construção de uma nação democrática de fato.

E, este novo sujeito social que irá participar das discussões e reuniões dos Circuitos Turísticos busca reforçar a conquista de seus direitos e deveres, a partir de uma posição cidadã, imbuída da essência do conceito de cidadania, que se baseia segundo Carvalho (2008) no amalgama dos direitos civis, dos direitos políticos e dos direitos sociais formando um conjunto de direitos que buscarão assegurar aos cidadãos o amparo legal de suas necessidades, desejos e aspirações.

E que, Boneti (2007) reforça o conceito de cidadania frente a participação dos atores sociais nos Circuitos Turísticos mineiros mediante a consciência do local, do conviver e viver na e para a coletividade, do pertencer a grupos e organizações sociais e, da percepção do direito ao acesso igualitário aos bens e serviços sociais produzidos em conjunto, socialmente.

A qualidade cívica da participação dos atores sociais nos Circuitos Turísticos é revestida segundo Kauchakje (2007, p. 90) de um caráter pedagógico:

(...) caráter pedagógico inserido no processo de aprendizado da participação cidadã, mas sobretudo;

c) Seu caráter pedagógico propicia a constituição de sujeitos criativos na própria constituição da realidade social.

Dowbor (2006) diz que o sujeito social pode realizar a transformação econômica e social a partir da sua realidade, necessitando para a isso a idéia de educação voltada para o desenvolvimento local, a qual capacitaria pessoas capazes de participar de forma mais ativa dos espaços públicos que permitam a transformação, o desenvolvimento e, neste estudo um destes espaços como citado são os Circuitos Turísticos em Minas Gerais.

Paiva (2002) relata como sujeitos sociais alijados do processo econômico e social encontram na participação de movimentos sociais o conhecimento e o saber antes negado de maneira formal e, que este processo de aprendizagem o faz sujeito de sua vida e protagonista de mudanças sociais.

Esta mudança de comportamento social é vista por Kauchakje (2007) e Gohn (2007) como empoderamento: os atores sociais através de sua participação ativa em espaços públicos de discussões conquistam o atendimento de suas necessidades, o respeito por suas identidades e diferenças culturais e, resgatando a auto-estima e fortalecendo o sentimento de pertencimento a uma dada comunidade local.

O processo de desenvolvimento turístico local no estado de Minas Gerais, através da gestão social dos Circuitos Turísticos é consolidada a partir das novas legislações que se esmeram em evidenciar o envolvimento e a participação da base comunitária nos processos decisórios da condução da atividade turística nos municípios mineiros, reforçando o pensamento exposto por Mielke (2010, p.24):

Está claro que, quando a comunidade já se apresenta organizada politicamente, havendo um avançado estágio de cooperação e empoderamento, processo de inserção e estruturação estratégico do turismo torna-se mais fácil. Porém, o que normalmente ocorre é justamente o contrário. Tendo ainda o agravante de a atividade turística não ser o negócio principal da comunidade.

Compreender os Circuitos Turísticos em Minas Gerais como espaços de diálogo que promovam a cidadania e a educação é conceber uma visão aprofundada a respeito dos processos de desenvolvimento das políticas públicas estaduais voltadas para a descentralização de suas ações e, apresentando às comunidades a possibilidade da construção em conjunto do desenvolvimento local.

Permite compreender que os cidadãos, os sujeitos ativos de uma sociedade, buscam na participação social expressar as suas vontades, verbalizar as suas demandas e, no tocante a este artigo, volta-se para a atividade turística e, em como a mesma pode contribuir para o desenvolvimento local quando houver o envolvimento desses cidadãos em ágoras propícias para essa finalidade.

Ora, mas é preciso salientar que as ágoras participativas são instrumentos de educação e cidadania, visto que, os cidadãos que buscam participar não possuem instrução, treinamento ou cabe ainda dizer capacitação em como participar, em como contribuir. O processo educativo se faz de maneira conjunta, onde os membros participantes colaboram na formação do e para o cidadão.

Os indivíduos participantes dos Circuitos Turísticos em Minas Gerais passam a gozar da cidadania plena, isto é, através da socialização do conhecimento, dos saberes e fazeres não-formais com os outros membros participantes destas ágoras participativas, consolida-se a construção e valorização da identidade do ser com o local e de seu sentimento de pertencimento, dotando cada vez mais os participantes em contribuir e vislumbrarem novos horizontes de desenvolvimento e envolvimento social.

Mas há de se salientar que todo este processo é construído em longo prazo e com esforços tanto da comunidade local que recebe e ampara este processo, quanto para o Estado, que possui uma visão descontínua das políticas públicas sendo interrompidas a cada quatro anos de acordo com o ciclo democrático das eleições, carecendo de novos entendimentos a respeito da construção coletiva, da continuidade dos processos de desenvolvimento turístico.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O envolvimento comunitário com o poder político local ou regional é ainda para o Estado brasileiro um desafio a ser enfrentado para que a sua prática seja disseminada em distintos setores econômicos, sociais e culturais objetivando ampliar as formas de participação e contribuindo para as políticas públicas setoriais.

Compreende-se que o desenvolvimento local é capaz de promover espaços participativos de diálogo, para que o envolvimento seja realizado de maneira eficaz e se tornando um vetor para a promoção do bem-estar das comunidades que buscam se integrar nesse desafio do fazer políticas públicas em conjunto e, desencadear processos de autonomia e educação para aqueles que se integrem aos espaços de participação.

Para o turismo em Minas Gerais, a partir do recorte dos Circuitos Turísticos, todo este processo vem sendo desenvolvido há alguns anos e, pode-se dizer que para os atores locais, poder público local e estadual as contribuições de soluções inovadoras vêm sendo desenvolvidas e aplicadas, como exemplo pode-se consultar o sítio eletrônico “www.descubraminas.com.br” para que sejam visualizados diferentes produtos turísticos, localidades e o resgate da identidade e da cultura local e, por não dizer, da auto-estima da população local através do empoderamento e da educação participativa, que passa a compreender a sua importância frente o desencadear deste processo.

A participação social dos indivíduos em espaços como os Circuitos Turísticos permitem que os cidadãos conheçam as novas estruturas de gestão que o Estado brasileiro vem criando a partir das modificações propostas com a Constituição de 1988 – Constituição Cidadã. O texto constitucional apresenta aos brasileiros meandros políticos menos hierarquizados, menos burocráticos, passando a incorporar valores como cooperação mútua e solidariedade entre os agentes envolvidos para a construção de novas políticas públicas que de fato gerem a cidadania a todos.

Estes novos modelos de gestão apresentam-se para aqueles que participam como espaços sociais voltados para a construção de uma nova educação, educação esta que se preocupa em formar cidadãos, mas não em escolas, academias ou instituições de ensino formais, mas através da prática democrática, no exercício da cidadania contribuindo para as trocas de saberes, para o reconhecimento das demandas sociais, o estabelecimento de prioridades e ações voltadas para o desenvolvimento local, assumindo neste artigo o recorte das atividades turísticas, permitindo assim praticar a democracia mediante práticas cidadãs.

Cabe mencionar que outros estudos e pesquisas deverão ser conduzidos buscando elucidar de maneira pontual, isto é, a partir da prática dos circuitos turísticos e de seus participantes, como o desenvolvimento local aliado às políticas públicas vem contribuindo para estreitamento das relações entre as comunidades locais e o poder público em espaços de diálogo, de cidadania e educação.

6. REFERÊNCIAS

- BENI, Mário Carlos. Análise estrutural do turismo. 2.ed. São Paulo: SENAC – São Paulo, 1998.
- BONETI, Lindomar Wessler. Educação e movimentos sociais hoje. IN: ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de; JEZINE, Edineide (org). Educação e movimentos sociais: novos olhares. Campinas: Alínea, 2007, pp.55-73
- BOLSON, Jaisa Gontijo; ÁLVARES, Lucia Capanema. Descentralização e democratização da gestão pública: a implantação dos circuitos turísticos em Minas Gerais. 2005, pp-1-16. Disponível em <<http://www.etur.com.br/conteudocompleto.asp?idconteudo=8065>>. Acesso em 20 de jul. de 2010.
- CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- CIRCUITO TURÍSTICO TRILHA DOS INCONFIDENTES. O que é um circuito turístico? 2010. Disponível em <<http://www.trilhadosinconfidentes.tur.br/institucional.php>>. Acesso em 20 de jul. de 2010.
- COSTA, Sérgio. As cores de Ercília: esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002, pp.37-63.
- CRUZ, Rita de Cássia. Política de turismo e território. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2001.
- CRUZ, José Luiz Vianna. Trabalho, renda e desenvolvimento local: algumas questões. Disponível em <<http://www.senac.br/BTS/271/boltec271b.htm>>. Acesso em 21 de jul., 2010.

DAGNINO, Evelina. *Os movimentos sociais e a emergência de uma nova ação de cidadania*. In: DAGNINO, Evelina. Anos 90: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2004, pp. 103-115.

DOWBOR, Ladislau. Educação e desenvolvimento local. 2006. Disponível em:

<www.dowbor.org/06edulocal.doc> Acesso em 21 de jul., 2010.

_____. O que é poder local? 2008. Disponível em: <http://dowbor.org/poder_local.asp> Acesso em 21 de jul., 2010.

FISCHER, Tânia. A gestão do desenvolvimento social: agenda em aberto e propostas de qualificação. IN: VII Congresso Internacional Del CLAD sobre La Reforma Del Estado y de La Administración Pública. Portugal: Lisboa, 2002. Disponível em <<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/clad/clad0044559.pdf>>. Acesso em 21 de jul., 2010.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais, políticas públicas e educação. IN: ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de; JEZINE, Edineide (org.). Educação e movimentos sociais: novos olhares. Campinas: Alínea, 2007, pp.33-54

KAUCHAKJE, Samira. Movimentos sociais no século XXI: matriz pedagógica da participação sociopolítica. IN: ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de; JEZINE, Edineide (org.). Educação e movimentos sociais: novos olhares. Campinas: Alínea, 2007, pp.75-92.

IRVING, Marta de Azevedo. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? IN: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (org.). Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e imagem, 2009, pp.108-121.

MIELKE, Eduardo Jorge Costa. Desenvolvimento turístico de base comunitária. Campinas: Alínea, 2010.

MINAS GERAIS. Lei 13173 de 20 de janeiro de 1999. Belo Horizonte, 1999.

_____. Decreto 43321 de 08 de maio de 2003. Belo Horizonte, 2003.

_____. SETUR. Resolução SETUR 008 de 28 de abril de 2008. Belo Horizonte, 2008.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: Ação Municipal para a Regionalização do Turismo. Brasília, 2007.

PAIVA, Jane. Onde a luta ensina: olhos de aprendiz no movimento social. IN: Teias. Políticas públicas, movimentos sociais e educação. Revista. Faculdade de Educação / UERJ. Rio de Janeiro, ano 3, n.6, jul./dez. 2002, pp.9-19

ROCHA, Janne Alves; SANTOS, Margarida Maria Silva dos. Gestão social: novos requerimentos à formação de gestores de políticas sociais no Brasil. São Paulo: Edição do autor, 2010.

RODRIGUES, Adyr Balastreri (org.). Turismo e desenvolvimento local. 2. Ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SEN, Amartya Kumar. Desenvolvimento como liberdade. Trad. Laura Teixeira Motta. Rev. Tec. Ricardo Doniselli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SANTOS, Boaventura de Souza; AVRITZER, Leonardo. *Introdução: para ampliar o cânone democrático*. IN: SANTOS, Boaventura de Souza. **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, pp. 39-82.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local? IN: RODRIGUES, Adyr Balastreri (org.). Turismo e desenvolvimento local. 2. Ed. São Paulo: Hucitec, 1999, pp.17-22.